

Reflexões Sobre o Poder da Educação Básica no Enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

Autor: Josiane Maria de Souza Cavalcante

E-mail: souza.josianemaria@gmail.com

Resumo - Durante o isolamento social causado pela pandemia do Covid-19 os casos de violência contra a mulher, que já era um problema preexistente, agravaram-se ainda mais. Com o retorno das aulas presenciais as crianças e adolescentes trarão as consequências e marcas da violência em que muitas vezes presenciaram em seus lares. Aliado a esta demanda, as escolas precisam cumprir com a Lei nº 14.164, de 10 de julho de 2021. Diante deste cenário, surgiu a seguinte indagação, Como a Educação Básica pode contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher? Este trabalho objetiva problematizar e refletir, na Educação Básica, acerca das possibilidades e desafios da violência contra as mulheres. O percurso metodológico adotado foi uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Foram realizadas buscas no Google Acadêmico no período de 2016 a 2021. Em relação ao processo analítico-metodológico, foi utilizada a análise de conteúdo. Conclui-se que as escolas devem abordar a violência contra a mulher na perspectiva de desconstruir as desigualdades de gênero. Existe a necessidade de formação continuada para abordar questões de gênero na Educação Básica. A violência contra a mulher vem sendo abordada na Educação Básica como forma de prevenção e existe uma diversidade de práticas docentes.

Palavras- chave: Discriminação de gênero. Desafios. Sexismo. Possibilidades.

Introdução

A violência contra a mulher é um problema presente na sociedade contemporânea que necessita ser problematizado em todos os aspectos sociais, inclusive na Educação Básica. Neste sentido, visando a necessidade de superar a violência de gênero e compreendendo a importância de que esforços de diversos setores sejam empreendidos, a Educação Básica apresenta grande potencial para problematizar a violência de gênero, especialmente, a violência contra as mulheres, trabalhando numa perspectiva de prevenção.

Algumas ações que visam incentivar os debates de violência contra a mulher nas escolas vêm sendo tomadas. A Lei nº 14.164, de 10 de julho de 2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2021) representa um avanço importante para conscientizar e problematizar, no contexto da Educação Básica, as discriminações que geram a violência contra as mulheres.

Entre os sete objetivos instituídos na Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, presentes no Art. 2º da Lei nº 14.164, destacam-se para fomentar a discussão, os seguintes:

II- Impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

VI - Promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher. (BRASIL, 2021, p.1).

A partir dos objetivos expostos do Art. 2º, percebe-se que toda a comunidade da Educação Básica será incluída no debate. Esta inclusão fortalece e amplia o debate da violência contra a mulher. Os objetivos atentam para todas as formas de violência contra a mulher. Como se sabe, as mulheres são vítimas de diversos tipos de violência e que são tão danosas quanto a violência física. É importante salientar que o debate da violência contra a mulher durante o mês de março é estendido também para os currículos da educação básica das escolas privadas.

Apesar de reconhecer a importância da Lei para a visibilidade que o tema necessita, sabemos que se são necessárias políticas que incentivem seu cumprimento, pois, a existência da Lei em documentos oficiais da Educação Básica ainda não é suficiente para assegurar que as escolas abordem a violência contra a mulher de forma contextualizada e questionadora.

O debate da violência contra a mulher na Educação Básica também vem sendo explorado na literatura científica por algumas autoras, como Silva, Lacerda e Rios (2019); Albuquerque (2020) e Portela e Fagundes (2021). Estas pesquisadoras tem problematizado a violência contra a mulher na educação básica por meio de oficinas pedagógicas, desenvolvendo projetos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e estudos acerca de como a educação tem sustentado as diferenças de gênero.

Estes estudos destacam a importância de envolvimento dos estudantes nas discussões sobre a violência contra a mulher, apontam também a relevância do comprometimento das políticas educacionais que contemplem e assegurem para além de outras questões o combate à violência de gênero. A diversidade em abordar a violência contra as mulheres na Educação Básica é grande. A instituição pode aderir ao debate de maneira coletiva envolvendo toda a comunidade escolar por meio do seu Projeto Político Pedagógico. Mas, supondo que o Projeto Político Pedagógico não inclua o tema, os docentes podem desenvolver e problematizar o tema incluindo em suas prática pedagógicas.

Neste sentido, Lira e Castro (2020) apontam algumas práticas que podem ser desenvolvidas em sala de aulas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Estas práticas podem envolver conhecimento de legislações e redes de atendimento as vítimas de violência. Através de rodas de conversas, a escola também pode possibilitar reflexão, iniciativas e ações dos sujeitos na comunidade escolar.

A oficina pedagógica também tem se demonstrado eficaz nestas problematizações, por meio delas é possível contextualizar questões culturais, históricas e sociais pelas quais são compreendidas a violência contra as mulheres. As oficinas tem oportunizado a construção de novas formas de se pensar as relações de gêneros nos espaços. (ALBUQUERQUE, 2020).



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

Problema, questões de investigação, objetivos

Com o isolamento social, devido à pandemia da COVID-19, casos de violência contra a mulher, que já eram problemas preexistentes, se agravaram ainda mais. Os aumentos de

violência contra a mulher e os impactos causados por esta violência durante o isolamento social são reportadas por Marques et al (2020) e Barbosa et al. (2020).

Nesta perspectiva, com a volta das aulas presenciais as crianças e adolescentes trarão as consequências e marcas da violência que muitas vezes presenciaram em seus lares. Para além desta necessidade mencionada, a escola precisa se instrumentalizar para atender esta demanda e também cumprir com a Lei nº 14.164, de 10 de julho de 2021.

É indispensável que as escolas disponham de espaços de reflexão como forma de enfrentamento da violência, que deixam marcas em crianças, jovens e adultos (SILVA, FONSECA e SCHIFINO, 2019). Ao considerarmos que a violência contra a mulher perpassa por questões históricas, culturais, sociais e hegemônicas, entendemos que se faz necessário instrumentalizar os professores para que estes tenham condições de abordar e problematizar o tema. Por isso, para abordar a violência contra a mulher na Educação Básica, a predisposição dos professores é insuficiente frente a complexidade que a discussão exige.

Diante disso, é preponderante que os docentes tenham formação que possibilite-os melhores condições para trabalhar com o tema. Em relação à formação docente para prevenção da violência contra a mulher, Bachega et al (2019) indica que a produção científica nacional apresenta uma lacuna ao não abordar nas discussões sobre formação docente a violência de gênero que ocorre contra mulheres.

A necessidade de formação continuada para profissionais da educação básica no que diz respeito a gênero e sexualidade também é apontado por Soares e Monteiro (2019). A importância de capacitar os professores numa perspectiva de enfrentamento da violência contra a mulher é mencionado por Lira e Castro (2020).

Apartir da necessidade lacunar apontada pelos autores na formação continuada dos professores, no que diz respeito à violência de gênero, paralelamente à Lei nº 14.164, de 10 de julho de 2021, surgiu a seguinte indagação:

Como a Educação Básica pode contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher?

Para isso, o presente artigo tem como objetivo, problematizar e refletir sobre as possibilidades e desafios do debate de violência contra as mulheres na Educação Básica.

Metodologia

Este artigo se configura numa pesquisa bibliográfica, que segundo Gil, (2008) se constitui principalmente de livros e artigos científicos já elaborados e de abordagem qualitativa. De acordo com Flick (2009), a relevância da pesquisa qualitativa se apresenta no que diz respeito aos



Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

estudos das relações sociais.

Foi elegido o Google Acadêmico para fazer o levantamento das pesquisas realizadas sobre o tema. O marco temporal estabelecido para análise dos artigos foram os anos de 2016 a 2021. Previamente foram lidos os títulos e resumos dos artigos. Nos casos pertinentes com os objetivos

estabelecidos para este estudo, foi realizada a leitura do texto completo. Os termos utilizados na busca foram, Violência Contra a Mulher e Educação Básica, Violência de Gênero e Educação e Violência Contra a Mulher e Covid.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, é importante salientar que este trabalho não passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que foram utilizados fontes bibliográficas e não houve dados primários levantados diretamente com seres humanos.

Análise de dados

A análise e discussão dos dados levantados neste estudo foi realizada conforme a análise de conteúdo de Bardin (2002). Nesta sessão, serão discutidos as categorias de discriminação de gênero, dilemas que os professores enfrentam para problematizar questões de gênero nas escolas e o papel da escola no enfrentamento das discriminações, assimetrias e violências de gênero, sobretudo contra as mulheres.

O combate à violência contra a mulher perpassa pela desconstrução de discriminações de gênero como machismo e sexismo, que sustentam as relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres. Com base nas discussões dos artigos analisados, é possível inferir que a violência contra a mulher é uma discussão que deve ser incluída na Educação Básica como meio de prevenção e problematização das desigualdades de gênero que desencadeiam esse tipo de violência. Autores como Campos (2018) apontam que um dos caminhos para enfrentar a violência contra as mulheres nas escolas no âmbito preventivo perpassa por levar em consideração a desconstrução das desigualdades de gênero que é um empecilho na busca por equidade de gênero. Nesta perspectiva de viabilização de debates sobre as desigualdades de gênero nas escolas, de acordo com Silva, Moraes e Rocha (2017), é preciso estimular a promoção da igualdade entre os gêneros, numa perspectiva de eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Knippel (2017) aponta que quando são introduzidos questões de gênero desde a Educação Básica previne-se a discriminação e violência de gênero de todas as formas, mas, principalmente, possibilita a consolidação de equidade de gênero desde a Educação Básica.

No entanto, sabe-se que as discussões sobre gênero nas escolas não tem sido uma tarefa fácil para os professores realizarem (MAIO, OLIVEIRA e PEIXOTO, 2020). Abordar questões referentes a gênero nas escolas envolve alguns dilemas que ainda necessitam ser superados. Grupos conservadores tem investido fortemente para que discussões deste tipo não sejam realizados nas escolas. Em relação ao conservadorismo aliado as ideologias religiosas, a escola tem o papel de fundamentar-se nas experiências humanas, científicas, social e ser menos excludente. ((MAIO, OLIVEIRA e PEIXOTO, 2020).



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

Entretanto, apesar destes dilemas que permeiam a discussão de gênero nas escolas e que colaboram com o silenciamento e omissão da violência contra a mulher, segundo Portela e Fagundes (2021), a escola desempenha um papel primordial que possibilita condições de enfrentar todas as formas de violência de gênero.



Tavares e Tenório (2020) enfatizam que, quando as escolas não abordam questões de gênero podem impedir a possibilidade do indivíduo se desenvolver mais solidário, democrático e justo e isso interfere na busca por uma sociedade onde seja viável a existência feminina sem traumas, no que diz respeito as diversas violências sofridas. Em se tratando ainda do papel das escolas no enfrentamento da violência contra a mulher, Campos (2018) aponta que as escolas, enquanto espaço privilegiado de formação, não devem se omitir ao debate e intervenções pedagógicas que visem a prevenção de violência contra as mulheres, já que um dos principais meios de prevenção é a conscientização. É por meio da conscientização que se forma cidadãos críticos, capazes de participar ativamente de tomadas de decisão e intervir para transformar a realidade social.

Conclusão

Diante deste estudo, foi possível evidenciar que apesar de alguns avanços em relação ao debate de gênero e violências contra a mulher na Educação Básica, ainda resta um longo caminho a ser percorrido. Os desafios para implementar as discussões de gênero nas escolas enfrentados pelos professores, como o conservadorismo religioso e a falta de formação continuada, se configuram nestes desafios.

Em relação aos objetivos estabelecidos, é possível inferir que o mesmo foi alcançado. Foi possível refletir as possibilidades, perspectivas e a importância de abordar a violência contra a mulher desde a Educação Básica como possibilidade de prevenção. Além disso, o estudo evidenciou a diversidade das práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas no enfrentamento de violências contra a mulher.

Este trabalho contribui com as esferas sociais, teóricas e práticas docentes diante do cenário atual em que o debate de violência de gênero, e em especial a violência contra a mulher, tem ganhado maior visibilidade. Por isso, este estudo também contribui para ampliar e fortalecer o debate da violência contra a mulher e discriminações de gênero na Educação Básica.

Como sugestões para pesquisas futuras apresenta-se como intenção investigar o que mudou após a implementação da Lei nº 14.164, de 10 de julho de 2021.

Referências



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

Maria da Penha vai às escolas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-12,

2020. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ref/a/kPjLbS8BqqcwMqgKGDjcy7C/?format=html&lang=pt#>>

. Acesso em: 28 de junho de 2021.

BACHEGA, D. et al. Prevenção de Violência Contra Mulher na Formação Docente: análise de uma experiência. **Currículo sem fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 278-292, 2019. Disponível

em:<https://www.researchgate.net/publication/333198060_PREVENCAO_DE_VIOLENCIA_CONTRA_MULHER_NA_FORMACAO_DOCENTE_analise_de_uma_experiencia>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira et al. Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela covid-19. **SciELO Preprints**, São Paulo, 2020.

Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº. 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm#art1>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

CAMPOS, Mariana de Lima. Da Lei Maria da Penha para a sala de aula: violências contra as mulheres e o ensino de Sociologia. **Diversidade e Educação**, v. 6, n. 2, p. 81- 89, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8411>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3.ed.Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KNIPPEL, Edson Luz; AESCHLIMANN, Maria Carolina de Assis Nogueira. Educação e equidade de gêneros. **THEMIS: Revista da Esmec**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 59-85, 2017. Disponível em:

<http://revistathemis.tjce.jus.br/index.php/THEMIS/article/view/569>>. Acesso em: 23 de agosto de 2021.



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

LIRA, K. F. S.; CASTRO, R. V. Representações sociais dos/as professores/as acerca da violência contra mulher: uma análise estrutural. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2020.

Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/14940>>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo. Discussão sobre gênero nas escolas: ações e resistências. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 57-74, 2020.

Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1083>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 2- 6, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/#>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

PORTELA, Y. M. A.; FAGUNDES, T. C. P. C. Violência contra a mulher sob o olhar das políticas públicas, políticas educacionais e de gênero. **Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)**, Senhor do Bonfim, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/revnupe/article/view/12277>>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

SILVA, M. C. M.; LACERDA, L.S.; RIOS, M. F. M. O enfrentamento da violência contra a mulher no contexto da Educação de Jovens e Adultos: A experiência de uma escola da Cidade Estrutural. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 132-137, 2019. Disponível em: < <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/647>>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

SILVA, M. R. P.; FONSECA, M.; SCHIFINO, R. S. FORMAÇÃO DOCENTE E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O PROGRAMA “QUEM AMA ABRAÇA” NA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ/SP. **Educação em Revista**, Santo André, v. 20, p. 51-66, 2019, Edição Especial. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8958>>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da; MORAES, Andriele Rodrigues; ROCHA, Katia Glashorester da Silva. Violência de gênero no contexto escolar: refletindo sobre estratégias de enfrentamento através da extensão universitária. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 22, n. 2, p. 157-169, 2017.



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

Disponível em: <

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/11339>>. Acesso em:

19 de agosto de 2021.



XVII CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA
NA EDUCAÇÃO

Dilemas e desafios de um futuro presente: o que esperar da educação?

22 e 23 | setembro | 21

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/61432>>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

TAVARES, Mary Mayara da Conceição; TENÓRIO, Rosa Maria Farias. Escola: papel e contribuição social para romper com os ciclos de violência de gênero, especificamente a violência contra à mulher. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 3, p. 2159-2168, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/851>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.